



Ana Paula Kuntz Teixeira

**O IMPACTO DE UMA POSSÍVEL IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K/efd ICMS/IPI
NO CONTROLE DO ESTOQUE DE UMA MICROEMPRESA**

Santa Maria, RS

2019

Ana Paula Kuntz Teixeira

**O IMPACTO DE UMA POSSÍVEL IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K/EFD ICMS/IPI
NO CONTROLE DO ESTOQUE DE UMA MICROEMPRESA**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, Área de Ciências Sociais da Universidade Franciscana, como requisito parcial para obtenção do Grau de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS.

Orientadora: Daniele Dias de Oliveira Bertagnolli

Santa Maria, RS

2019

Ana Paula Kuntz Teixeira

**O IMPACTO DE UMA POSSÍVEL IMPLANTAÇÃO DO BLOCO K/EFD ICMS/IPI
NO CONTROLE DO ESTOQUE DE UMA MICROEMPRESA**

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, Área de Ciências Sociais da Universidade Franciscana, como requisito parcial para obtenção do Grau de BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Daniele Dias de Oliveira Bertagnolli - Orientadora

Nome do Professor

Nome do Professor

Aprovado em de de 2019.

RESUMO

O presente trabalho, tem como objetivo principal levantar o possível impacto da implantação do Bloco K/SPED no controle de estoque de uma microempresa do setor de comércio varejista de mercadorias, caso se torne obrigatório, pois a empresa estudada está tributada dentro do Simples Nacional. Os objetivos específicos trazidos para este trabalho são: descrever os controles internos existentes no setor de estoque da empresa, interpretar a estrutura do Bloco K e H contida no manual da EFD ICMS/IPI, verificar se os controles internos do setor de estoque atendem as exigências informacionais do Bloco K e H/SPED e investigar se o empresário compreende os reflexos da implantação do Bloco H e K/SPED. A presente pesquisa tem como metodologia qualitativa, descritiva e estudo de caso, onde será aplicado um questionário fechado à empresária, que também é a Sócia-majoritária da empresa estudada. Por fim, conclui-se que apesar da empresa ainda não ser obrigatório ao SPED, é de grande valia organiza-se antecipadamente, até mesmo, para que mantenha seu estoque em dia, o que ainda não há um controle efetivado.

Palavras-chave: SPED. Estoque. Implantação. Bloco K. Bloco H.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1 Gestão do estoque	5
2.1.1 Planejamento de estoque	5
2.1.2 Avaliação de estoque.....	7
2.2 SPED	13
2.2.1 Escrituração Contábil Digital	14
2.2.2 Escrituração Fiscal Digital	15
2.2.3 Nota Fiscal Eletrônica	15
2.2.4 Bloco H.....	16
2.2.5 Bloco K.....	17
3 METODOLOGIA.....	22
3.1 Classificação da pesquisa	22
3.2 Procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
4.1 Conhecendo a empresa.....	27
4.2 Controles internos existentes no setor de estoque da empresa.....	27
4.3 Sugestões.....	29
4.3.1 Controle de estoque.....	29
4.3.2 Programa de gestão de estoque.....	30
4.4 Estrutura do Bloco K e H contida no manual da EFD ICMS/IPI	31
4.4.1 Estrutura do Bloco K.....	31
4.4.2 Estrutura do Bloco H	34
4.5 Verificar se os controles internos do setor de estoque atende as exigências informacionais do Bloco K e H/SPED.....	35
4.6 Investigar se o empresário compreende os reflexos da implantação do Bloco H e K/ SPED.....	35
5 CONCLUSÕES.....	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com o controle de estoque das empresas e a utilização de ferramentas para que o estoque interno esteja correto em todos os momentos, vem se tornando um inimigo para as empresas. Chiavenato (2005) ressalta que, na maioria das empresas, o estoque é considerado um ativo circulante indispensável, fazendo com que a empresa consiga produzir e vender com o menor risco de paralização ou de preocupação.

Antigamente, o estoque era controlado de forma manual, por livros de registros, que eram informados ao fisco todas as informações necessárias referentes ao estoque e a produção o qual a empresa tinha como atividade. Porém, com o uso do sistema de informação ligado a tecnologia contábil, tudo mudou.

Em 2007, foi criado um projeto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), onde faz parte da aceleração do Governo na era da informação digital. No SPED, foram criados três projetos, sendo eles: Escrituração Contábil Digital, Escrituração Contábil Fiscal e Nota Fiscal Eletrônica.

Neste projeto, há um conjunto de arquivos que devem ser enviados pelo programa do SPED para os órgãos fiscais para que eles tenham controle e cruzem os dados enviados pelos arquivos declarados pelo contador. Dentro destas obrigatoriedades, há uma novidade entre elas, a inclusão do livro de registro de controle de produção e de estoque, no SPED fiscal, o Bloco K.

Esta inovação faz com que a Receita Federal do Brasil (RFB) tenha acesso a todas as movimentações no controle de produção e de estoque de cada item declarado, além de conhecer todo processo produtivo da empresa.

De acordo com o Guia Prático da EFD (2019, p. s/p) , o Bloco K se caracteriza por:

Prestar informações mensais da produção e respectivo consumo de insumos, bem como do estoque escriturado, relativos aos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e pelos atacadistas, podendo, a critério do Fisco, ser exigido de estabelecimento de contribuintes de outros setores (conforme § 4º do art. 63 do Convênio s/número, de 1970).

Tendo em vista o tema relacionado a inclusão do Bloco K no controle interno do estoque de pequenas empresas, a presente pesquisa tem como problemática responder a seguinte questão. Qual o impacto de uma possível implantação do Bloco K/EFD ICMS/IPI no controle interno do estoque de uma microempresa do setor de comércio varejista de mercadorias?

Em decorrência desta problemática, o presente trabalho teve como objetivo levantar o impacto da implantação do Bloco K/SPED no controle interno de estoque de uma microempresa do setor de comércio varejista de mercadorias, caso este se tornasse obrigatório.

Com o intuito de que fosse atingido o objetivo geral e a sua complementação de acordo com as etapas consecutivas, os objetivos específicos deste estudo foram:

- Descrever os controles internos existentes no setor de estoque da empresa,
- Interpretar a estrutura do Bloco K e H contida no manual da EFD ICMS/IPI,
- Verificar se os controles internos do setor de estoque atende as exigências informacionais do Bloco K e H/SPED,
- Investigar se o empresário compreende os reflexos da implantação do Bloco H e K/SPED.

O presente trabalho justificou-se por ser pesquisado um assunto inserido a pouco tempo na área contábil, pela importância que tem para a vida da empresa e do contador. Além disso, por ser um novo assunto, há poucos trabalhos de pesquisas com esta temática principalmente, na Universidade Franciscana.

Este trabalho descreveu-se o controle interno de estoque dentro de uma pequena empresa, trouxe a estrutura do Bloco K, assim como, verificou se os controles internos de estoque atendiam as exigências informacionais do Bloco K/SPED. Segundo Oliveira (2014) o Bloco K será uma ferramenta de grande importância para a fisco, pois torna obrigatório as empresas a prestarem, em meio digital, as informações que antes eram mantidas no Livro de Controle de Produção e Estoque. O controle de estoque não é uma tarefa fácil e após a implantação do Bloco K, ficará mais difícil devido às exigências. A empresa terá que informar todos os seus produtos em estoque para o fisco, que tem o controle total, através do Bloco K. Isso fará com que as empresas tenham total controle sobre seus produtos para que não haja fraude ou sonegação fiscal, além disso, obedçam aos prazos devidamente impostos ao fisco.

Para o acadêmico, o presente trabalho justificou-se por ser um tema inovador na área de Contabilidade, onde o contador terá que estar sempre atualizado com o que acontece dentro da empresa, assim como, com as novas leis do SPED, principalmente, ao que se refere ao Bloco K, portanto, o acadêmico obteve uma visibilidade ampla sobre o tema aplicado na empresa, caso se tornasse obrigatório, mas com todo o conhecimento sobre as leis e normas exigidas pelo fisco.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo abordar-se-á o referencial teórico que teve norte e embasamento o presente trabalho de pesquisa.

2.1 Gestão do estoque

A gestão do estoque está relacionado com a logística e o estoque, onde estes dois elementos são muito importantes para auxiliar na administração das empresas. Uma boa gestão de estoque é de grande importância para toda e qualquer empresa, onde cada tipo de mercadoria deve ser avaliado sua relevância, sua circulação no mercado, seu prazo de validade, entre outros. Tudo isso tem que ser levado em conta para que não haja grandes prejuízos ou mercadorias paradas, sem saída. Para Pozo (2009, p. 38) “a função principal da administração de estoque é maximizar o uso de recursos envolvidos na área logística da empresa e com grande efeito dentro dos estoques”.

Para que haja uma boa gestão de estoques, é necessário que haja um planejamento e uma avaliação do estoque, para que assim, consiga fazer um bom controle sobre todo o estoque da empresa. Para Martelli e Dandaro (2015, p. 172) “o gerenciamento de estoque surge com a necessidade de controlar tudo que entra através da compra de produtos de diversos segmentos, visto que o mesmo sairá através de venda direta para o consumidor”.

2.1.1 Planejamento de estoque

Ao abrir uma empresa, o empresário antes de tudo, tem que planejar desde o que quer produzir, comercializar ou prestar serviço, até onde quer chegar. Sem planejamento, a empresa está fadada ao fracasso. Em um trabalho feito pelo Sebrae (2019), salientam que “além de ter ideias, encontrar um ponto comercial e conhecer os custos, planejar o futuro da empresa é essencial. Para evitar riscos futuros, a elaboração do plano de negócio é indispensável”.

O planejamento de estoque, primeiramente vai em busca dos indicadores de desempenho dos estoques que vai obter resultados referentes a organização dos produtos dentro da empresa. Os indicadores de desempenhos, iniciam-se pelo retorno de capital onde o administrador saberá o lucro obtido sobre o capital que foi investido para a compra do estoque. Para Bertaglia (2006, p. 316), “medir o desempenho de estoque é extremamente

salutar para a organização, uma vez que um dos aspectos fundamentais da administração moderna enfatiza a redução dos estoques”.

Posteriormente, é feito uma análise referente ao giro do estoque, que é relatado o numero de vezes em que foi renovado o estoque em um certo periodo de tempo. Para Martins e Alt (2009, p. 203), “o giro de estoques mede quantas vezes, por unidade de tempo, o estoque se renovou ou girou”. Há também a cobertura de estoque, onde será analisado por quanto tempo aproximadamente, o estoque será suficiente para cubrir a demanda da empresa. Para Szabo (2015, p. 45), “a cobertura de estoques indica quanto tempo os estoques “cobrem” a demanda em uma condição normal”.

Por fim, há também o nível de atendimento ou nível de serviço é uma pesquisa feita para que os responsáveis das empresas saibam como está sendo o atendimento aos clientes. Para Bertaglia (2006, p. 318), “organizações preocupadas com as necessidades dos clientes, e voltadas para elas, utilizam o conceito de “serviço do cliente” para avaliar o desempenho do sistema de controle de estoques”.

Os três primeiros niveis de indicadores citador (retorno de capital, giro de estoque e cobertura de estoque) terão como resultado, o nivel de eficiência da empresa e quanto de recursos foi preciso investir para que fosse possível o atendimento ao cliente. Szabo (2015, p. 52) explica que “seja qual for o indicador, isoladamente não representa muita coisa. É preciso analisar os casos pontualmente e entender como o indicador é calculado para definir quais métricas são mais importantes para sua empresa”.

Porém, há um indicador que irá avaliar a eficácia do negócio, do quanto o objetivo da empresa conseguirá ser atendido, o qual é conhecido com acurácia dos estoques, ou seja, é o indicador que irá medir a organização e a qualidade das informações da empresa. Para Bertaglia (2006, p. 319), “a acurácia de estoque é determinada pela relação entre a quantidade física existente no armazem e aquela existente nos registros de controles”.

Dentro do planejamento, há também a previsão de estoques, onde dentro da empresa o administrador deve ter uma previsão de quando o produto estará disponível para estoque pois, o produto não depende apenas de quem está comprando, e sim do fornecedor, do tempo de produção e de deslocamento para entrega até o cliente. Moreira (2008, p. 293) afirma que “é necessário a empresa saber quanto planeja vender de seus produtos ou serviços no futuro, pois essa expectativa é o ponto de partida, direto ou indireto, para praticamente todas as decisões.”

Para as previsões, existem métodos qualitativos, que são referente as fontes de obtenção de informações que são obtidos valores confiáveis de variáveis que podem afetar, ou não, a demanda, assim como quantitativos, que referem-se aos volumes decorrentes de

situações que podem afetar a demanda, tendo como base a matemática para que se identifique os padrões históricos, assim tendo uma maior precisão. Ou seja, para cada decisão a ser tomada, é necessário uma previsão. Conforme Pozzo (2009), as informações quantitativas são entendidas como: evolução das vendas no tempo, influência da propaganda, variações decorrentes dos modismos e da situação econômica, crescimento populacional, entre outros. Assim como, podem ser entendido como informações qualitativas: opinião de gerentes, vendedores e compradores, pesquisa de mercado, entre outros.

A uma peça comum entre todas as previsões: o erro. Ou seja, a previsão é feita para que se possam minimizar os erros, o máximo possível. Para Szabo (2015, p. 58), “ a única coisa que pode-se confirmar com certeza sobre as previsões é que todas elas estão erradas, caso contrário, não seria previsão”.

2.1.2 Avaliação de estoque

Primeiramente, deve-se entender que o estoque está em constante movimento. As mercadorias são vendidas e o estoque diminui, assim como, as compras são feitas e o estoque aumenta. Existem dois métodos para reposição do estoque: de período em período é reposto certa quantidade de produtos determinados; ou esperar o estoque diminuir e ir reabastecendo de acordo com o que vai sendo vendido. Para Taylor (2005, p. 153), estes métodos são chamados de “reposição periódica ou intervalo-padrão e reposição contínua ou lote-padrão”.

Conforme Szabo (2015), para evitar os erros para reposição de estoque, é necessário fazer uma média referente ao consumo de mercadorias pelos clientes em um determinado período de tempo. Para repor o estoque, existe um tempo desde a realização do pedido de compra com o fornecedor até a chegada da mercadoria na empresa, pois o pedido não é feito de imediato até a empresa que fornece, depende do vendedor fazer a requisição para a empresa, e assim, é feita a organização e/ou produção dos produtos para envio e assim, enviar pela transportadora até chegar a empresa.

Existe ainda o estoque de segurança, onde abrange atender uma quantidade superior ao que foi previsto para um determinado período. Os principais métodos de para calcular um estoque de segurança são: método do fator de segurança ou grau de risco, método com consumo variável e tempo de atendimento constante e método da variação do consumo e/ou tempo de reposição. Entre todos estes métodos, uma coisa é certa, sempre tem haver um nível de segurança dentro do estoque, ou seja, sempre ter o maior número de estoque para que não

faltem produtos na hora da venda, até o momento de chegada dos produtos. Para Garcia et al (2001, p. 8),

além da redução dos níveis de estoque e da melhoria do nível de serviço ao cliente, uma política de gestão de estoques com embasamento mais formal e científico pode auxiliar na mensuração do impacto de certas atividades nos processos logísticos da empresa, identificando pontos críticos e apontando para oportunidades de melhoria.

Para Maria e Novaes (2011, p. 2),

a gestão dos estoques envolve algumas das mais importantes decisões a serem tomadas pelas empresas. Uma boa política de estoques pode ser fator determinante para o sucesso no cenário competitivo atual. E nesse cenário, na qual todos os produtos já possuem nível de qualidade similar após anos de desenvolvimento e aplicação das ferramentas da qualidade, a disponibilidade de produto ganha importância como fator de decisão de compra para o cliente.

Um assunto pouco visto, porém muito importante, que deve ser sempre abordado é referente aos custos do estoque, onde desempenha um papel significativo para o custo da empresa. Segundo Szabo (2015), o custo da compra é inversamente proporcional ao tamanho do lote (compra). Ou seja, quanto maior foi o tamanho do lote, menor será o custo da compra. Porém, quanto maior for o tamanho do lote comprado, maior será o custo com manutenção de estoque e de armazenagem.

Pode-se dizer também que há custos diretamente proporcionais, ou seja, o custo cresce de acordo com a demanda, denominado custos de carregamento. São exemplos como: armazenagem, manuseio dos materiais, perdas, obsolescências, furtos e roubos e seguros. O custo de carregamento pode ser dividido em dois componentes: O custo do capital, que está relacionado ao dinheiro investido no estoque, nos juros e nos custos de oportunidade, e o custo de armazenagem, que se refere aos custos decorrentes aos produtos excedentes, por ser mais que o estoque estimado. Para Oliveira e Silva (2013, p. 4) “o custo direto ocorre quando os custos crescem com o aumento da quantidade média estocada. O custo inverso são os custos ou fatores de custos que diminuem com aumento do estoque médio, isto é, quanto mais elevados os estoques médios, menores serão tais custos”.

Conforme Martins e Alt (2009), dentro dos custos de estoque, há os custos independentes que são aqueles que não têm relação com o tamanho do lote, mas sim, se encaixam como custos fixos. Estes custos não tem dependência com o estoque, como por exemplo, um aluguel de uma sala comercial.

Para Szabo (2015), a soma de todos estes custos, equivale ao custo total, o qual varia de acordo com o tamanho do lote, ou seja, quanto maior o custo do pedido, maior será o lote econômico, porém, para o custo de armazenagem, a relação será inversa, que quanto maior o custo de armazenagem, menor será o lote econômico.

Em relação ao lote econômico há muitas variações de modelos a serem seguidos, porém, percebe-se que qualquer método usado é válido, pois a variação é muito pequena, o que auxilia ainda mais na estimativa dos erros. De acordo com, Filho (2017, s/p),

um método eficiente para definir o tamanho do estoque é o modelo matemático do Lote Econômico de Compras, que pode reduzir os custos do pedido, armazenagem e o transporte das mercadorias. Utilizando o LEC, a empresa consegue calcular a quantidade de mercadorias que serão adquiridas em cada lote e o tempo necessário para o reabastecimento do estoque.

O estoque é perceptivelmente importante, independente do modo de gestão utilizado ou do modelo de lote econômico escolhido, pois esta sendo controlado e analisado, onde todos irão influenciar no desempenho e em quais modelos que se ajustam a demanda.

2.1.3 Controle de estoque

Para iniciar o controle de estoque, devem-se entender alguns pontos que são o alicerce para esta nova etapa do estoque. Conforme Szabo (2015), Inicialmente os setores de planejamento e de estoque faziam seus controles e cálculos manualmente, pois não existia uma grande tecnologia como é hoje, o que era uma tarefa muito difícil, quase impossível.

Na metade do século XX, a utilização do computador começou a ser feita pelas empresas, para que fosse facilitado o trabalho e feito com maior velocidade os processos. A partir disso, surge o MRP (*Materials Requirement Planning*) ou como também é chamado, Planejamento das Necessidades de Materiais. O MRP foi o primeiro programa utilizado pelas empresas e tinha como objetivo, controlar suas necessidades materiais. Para Martins e Alt (2009, p. 118), “o MRP ou planejamento das necessidades de materiais é uma técnica que permite determinar as necessidades de compras dos materiais que serão utilizados na fabricação de um certo produto”.

Segundo Szabo (2015), este programa utilizava o método “árvore do produto” ou estrutura analítica do produto, onde um produto “X” é constituído por diversos componentes físicos que atuam com determinados recursos para que se consiga realizar determinada função.

Aos poucos o MRP foi evoluindo e deixando de ser apenas para controlar as necessidades materiais das empresas, e passou a ser um programa geral de planejamento e controle dos recursos da empresa. Com essa inovação, passou a surgir o MRP II, o qual era chamado de *Manufacturing Resources Planning* (planejamento de recursos de manufatura) onde fazia o planejamento de outros recursos para a empresa.

De acordo com Moura (2004, p. 113),

O MRP II não substitui o MRP e não é uma versão mais atualizada dele, é uma abordagem muito ampla em relação ao planejamento e à programação dos recursos empresariais industriais. Refere-se ao planejamento de recursos fabricação, intenta expandir o escopo do planejamento e envolver outras áreas funcionais da empresa nesse procedimento.

A partir deste momento, surgiu o ERP – *Enterprise Resources Planning* (planejamento de recursos de corporação), onde este sistema tem como objetivo suportar todas as necessidades de informações para as tomadas de decisões para uma empresa, o que é um recurso indispensável nos dias de hoje tanto para as empresas de pequeno porte quanto as empresas multinacionais. Martelli e Dandaro (2015, p. 176) afirmam que,

A grande vantagem deste sistema é a habilidade e rapidez que o sistema possui quando alimentado de informações lançadas nele até o momento da chegada aos setores envolvidos na solicitação do serviço, tudo em tempo real, interagindo com todos os aplicativos e eliminando-se a redigitação de dados, o que assegura a integridade das informações obtidas.

O MRP é uma ferramenta muito til para as empresas, porém, é necessário que tenha outro programa de suporte que auxilie nas tomadas de decisões. Um dos grandes desafios que as empresas vivem é manter o inventário em constante atualização, para que não ocorram riscos futuros. O inventário é a contagem de produtos armazenado em estoque que estão disponíveis para vendas e deve ser feito em todas as empresas de pequeno o grande porte, que comercializem ou produzam produtos. Para Martins e Alt (2009, p. 199), o inventário “consiste na contagem física dos itens de estoque. Caso haja diferenças entre o inventário físico e os registros do controle de estoques, devem ser feitos os ajustes conforme as recomendações contábeis e tributárias”.

Entre as diversas formas de controlar o estoque e sua flexibilidade, uma das mais indicadas é a acurácia dos controles ou acuracidade do inventário. De acordo com Nunes et al (2014, p. 30),

acuracidade de estoque é um indicador da qualidade e confiabilidade da informação existente nos sistemas de controle, contábeis ou não, em relação à existência física dos itens controlados. Quando a informação de estoque no sistema de controle, informatizado ou manual, não confere com o saldo real, dizemos que este inventário não é confiável ou não tem acuracidade. A falta de confiabilidade nas informações afeta todos os setores da empresa, desde o nível gerencial até o operacional. Uma informação errada dos saldos em estoque pode levar a uma decisão equivocada na área de planejamento de estoques ou compras, atrasar a produção ou até mesmo ocasionar a falta do produto para o cliente.

O método de controle de estoque mais conhecido e eficiente pela contabilidade é conhecido como Curva ABC. É por meio deste método que se divide os produtos do estoque em três grupos: A, B e C, onde tem como objetivo a facilidade de concentração dos produtos que se concentram no estoque da empresa. Segundo Dias (2010, p. 77), “a curva ABC tem sido usada para a administração de estoques, para a definição de políticas, estabelecimento de prioridades para a programação da produção e uma série de outros problemas usuais na empresa”.

Segundo Loprete (2009), na Classe A, é composto por pequena parte dos produtos em estoque (cerca de 20% do que está armazenado), porém, são produtos que necessitam um grande investimento e atenção ainda maior (representam entre 60 a 80% do investimento do estoque). Na Classe B, tem uma concentração um pouco maior de produtos (cerca de 30%) e tem uma representatividade em torno de 20% a 30% do total do que foi investido no estoque. Por fim, a Classe C, onde possui um número elevado de produtos dentro do estoque em relação às outras classes (cerca de 50%), porém, seu investimento é inferior às outras classes, em torno de 5% a 10%. Muitos autores afirmam que vale mais investir na Classe A que o investimento é maior, porém, o retorno é rápido, do que na Classe C, onde os produtos têm pouco valor e maior quantidade.

Para que se consiga identificar qual produto pertence a cada classe, devem-se seguir alguns passos, segundo Szabo (2015, p. 138):

- Listar todos os materiais estocados em uma tabela, com a descrição do material, o valor da peça, o número de peças em estoque e o valor total.
- Ordenar esta tabela pelo item de maior valor total para o de menor valor total.
- Criar uma coluna de valor acumulado. Deve-se somar o valor total do item com todos os itens anteriores com valor maior, começando do primeiro item.
- Dividir a tabela em faixas percentuais que mais se aproximam da classificação ABC.

A gestão do estoque das empresas é uma tarefa secundária para a maioria das empresas, exceto empresas que tem como atividade principal logística e armazenagem de produtos, onde tentam destacar-se por meio de outras áreas, porém, a área de logística e

armazenagem sendo controlada e planejada tem um grande diferencial para as empresas que priorizam este meio. Para Aguiar et al (2017, p. 4),

o administrador do setor varejista que trabalha com grandes quantidades e variedades de itens de estoque, se faz necessário um amplo conhecimento da administração de materiais e estoque. Dessa maneira, a partir do sistema de análise da curva ABC, o administrador poderá planejar o suprimento dos estoques focando nos itens que são necessários para o funcionamento contínuo das atividades na empresa.

A análise e a classificação dos produtos dentro do estoque vêm constantemente, fazendo com que estejam em uniformidade com a estratégia da empresa, é um dos pontos principais a todas empresas. Isso para que o cliente ficasse satisfeito pelo serviço da empresa e também para controle da demanda dos produtos. Segundo Moratto (2012, p. 6), “com a falta de mercadorias em estoque, clientes que precisam dos produtos e não podem esperar procuram outros fornecedores para supri-los, causando a fuga de clientes para a empresa”.

Vale lembrar, que a empresa deve escolher qual a metodologia contábil deve ser utilizada no momento em que for analisar e classificar o estoque. Há três metodologias: PEPS, UEPS e Custo médio. Conforme o CPC 16-R1 (2009), a metodologia PEPS, “primeiro que entra, primeiro que sai” como também é conhecido, é um método simples onde o primeiro produto que entrar para o estoque, deve ser o primeiro que irá sair, pois com o tempo, o valor da mercadoria irá mudar, assim como, a validade dos produtos.

A metodologia UEPS, é o oposto da primeira metodologia, “último que entra, primeiro que sai”, onde o produto será sempre retirado do estoque com o valor atual, recomendado para momentos em que a inflação está em alta e que pode variar muito a lucratividade da empresa. De acordo com Santos (2018, p. 40) “contabilmente, a utilização desse método foi eliminada pelas normas contábeis (CPC 16-R1), adotadas pela contabilidade brasileira, em linha com as normas internacionais de contabilidade”.

E por último, a metodologia conhecida como Custo Médio. Conforme Szabo (2015), onde o produto que será retirado do estoque será feito uma média ponderada dos valores dos produtos em estoque. Uma simples escolha de metodologia pode impactar muito na empresa, pois os valores variam muito entre um produto e outro juntamente com a metodologia escolhida.

De acordo com Santos (2014) para fins de Imposto de Renda, a Receita Federal não aceita a metodologia UEPS, apenas PEPS e Custo Médio, pois o custo é geralmente muito grande para a empresa e há uma redução da lucratividade.

2.2 SPED

O projeto do Sistema Público de Escrituração Digital, conhecido também como SPED, foi projetado conforme o Decreto nº 6.202/2007 e criado para que fosse substituído a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel pelo documento em meio eletrônico tendo como validade o uso do certificado digital. Tendo em vista, acabar com toda burocratização das impressões dos livros pela facilidade de envio por arquivos digitais e armazenados eletronicamente. Segundo Azevedo e Mariano (2009), esta inovação se tornou imprescindível pois chegamos em um momento em que prosseguir com a utilização do papel dificulta tanto o contribuinte em cumprir as obrigações quanto o Estado em fiscalizar.

Outro objetivo que foi projetado com o SPED foi, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuinte, ou seja, o SPED facilitará a entrega de todas as obrigações acessória em apenas um banco de dados, onde o Fisco para fazer a análise de todas as informações onde, terá acesso assegurado o sigilo, conforme a Constituição Federal. O SPED tem como objetivo promover atuação integrada dos fiscos, simplificar e uniformizar as obrigações onde a obrigatório para o governo e para o contribuinte se torne unico, para que o fisco consiga analisar e cruzar todas as informações enviadas e verificar com mais rapidez se houve inconsistências ou não (RECEITA FEDERAL, 2019).

Deve-se entender que não diminuirá as informações a serem declaradas e sim, o que mudará será a forma de ser entregue todas as declarações em um único meio, cabendo a União armazenar as informações enviadas e disponibilizar o acesso aos interessados, onde terá sigilo conforme a Constituição Federal.

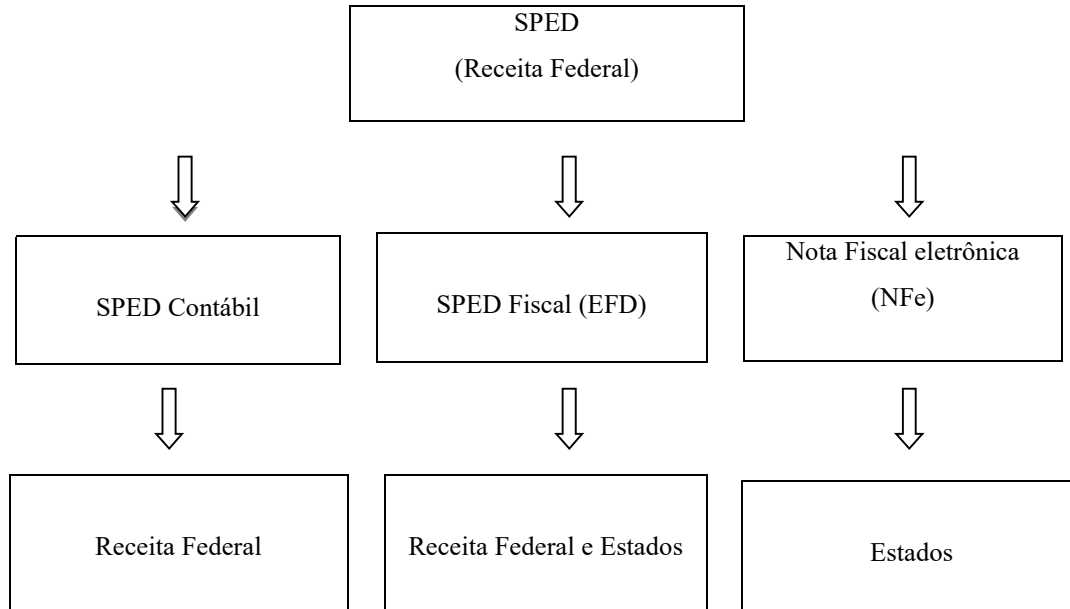
Para Azevedo e Mariano (2009, p. 45) afirma que,

com a implantação do SPED, respeitadas as restrições constitucionais e legais, essa esferas de governo, poderão consultar numa única fonte todas as informações necessárias, dentro de um leiaute estruturado e capaz de fazer cruzamentos que apontam mais rapidamente inconsistências e contribuinte poderá gerando um arquivo padronizado cumprir suas obrigações acessórias.

Por fim, o último objetivo projetado com o SPED é tornar mais célebre a identificação de ilícitos tributários, sendo assim, a partir do momento em que todas as informações estiverem em apenas um banco de dados e o fisco cruzarem estas informações, será de forma muito mais ágil a identificação de informações ilícitas. O Fisco poderá cruzar informações como a venda por uma empresa e a compra de outra, impedindo a sonegação fiscal. Azevedo e Mariano (2009, p. 46) ainda afirma que, “essa ação, realizada através da checagem

eletrônica, não necessitando de ação humana, torna mais transparente os ilícito dificultando em muito a possibilidade da sonegação fiscal”.

Figura 1: Estrutura do Projeto SPED



Fonte: MARIANO; AZEVEDO (2009).

O projeto do SPED possui uma estrutura, onde se encontra todas as escriturações e as organizações que integram este projeto. Cada parte da estrutura tem seus projetos próprios, porém, para que se consiga fazer a integração entre elas, não pode fugir deste princípio.

2.2.1 Escrituração Contábil Digital

O SPED contábil é um dos sub-projetos dentro do SPED, também conhecida como Escrituração Contábil Digital (ECD), visa obter as informações contábeis dos contribuintes por meio dos arquivos eletrônicos simplificando a fiscalização e a condução da evolução do patrimônio das entidades, onde foi substituindo o papel por arquivos digitais. De acordo com Azevedo e Mariano (2009, p. 47), “a Receita Federal implantou em 2009 (ano base 2008), a ECD (Escrituração Contábil Digital) para os contribuintes com acompanhamento diferenciado, nos termos da Portaria nº 11211/2007”.

Legislação:

- Decreto nº 6022, de 22 de janeiro de 2007;
- Instrução Normativa nº 787/2007;

- Portaria nº 11211/2007;
- Instrução Normativa DNRC nº 107/2008;
- Ato Declaratório Cofis nº 36/2007 e nº 20/2009.

2.2.2 Escrituração Fiscal Digital

Outro sub-projeto da Receita Federal do Brasil dentro do SPED, é a Escrituração Fiscal Digital, também conhecida com SPED Fiscal, onde tem como objetivo substituir a emissão de livros fiscais impressos por apenas arquivo eletrônico. A Receita Federal do Brasil e a UFs implantaram esta obrigatoriedade para alguns contribuintes a partir de 2009. Mariano e Azevedo (2009, p. 48) afirmam que, “na primeira frase do projeto foi entregue de forma digital os livros: registros de entrada, registros de saída, registro de apuração do ICMS, registro de apuração do IPI e registro de inventário”.

Legislação:

- Convênio ICMS nº 143/2006;
- Ajuste Sinief nº 2/2009;
- Ato Cotepe nº 9/2008 e alterações posteriores;
- Ato Cotepe nº 38/2009, onde altera o anexo único do Ato Contepe nº 9/2008.

2.2.3 Nota Fiscal Eletrônica

Para finalizar os projetos criados pelo SPED, foi projetada a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), onde tem como objetivo substituir as notas fiscais em papel para notas fiscais em meio eletrônico. Young (2009, p. 153) ainda afirma que, “com validade jurídica para todos os fins, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, ao mesmo tempo em que permite um controle em tempo reais das operações comerciais pelo fisco”.

De acordo com Azevedo e Mariano (2009, p. 48), o projeto iniciou-se em 2006 com empresas que participaram do projeto piloto. Em 2007, começou um grande processo em massa com a entrada de novas Ufs e Empresas. E em 2008 iniciou-se a fase de obrigatoriedade.

Legislação:

- Ajuste Sinief nº 1/2005 e alterações;
- Convênio ICMS nº 110/2008;

- Protocolo ICMS nº 10/2007 e alterações;
- Protocolo ICMS nº 42/2009;
- Protocolo ICMS nº 55/2007 e alterações;
- Ato Cotepe nº 49/2009.

Este projeto teve como resultado a união do Governo com as empresas, onde tinham como objetivo, mudar a forma de emissão e armazenamento de informações em papel e iniciando uma grande fase na área da contabilidade, a evolução para a era digital.

2.2.4 Bloco H

O bloco H está implantado no SPED ICMS/IPI onde tem como objetivo apresentar o inventário físico das empresas anualmente. De acordo com Netto (2019), “O Bloco H apresenta o inventário físico da empresa incluindo o código do produto, a quantidade em estoque, o valor do estoque, o indicador de propriedade/posse do estoque, e o código do participante nos indicadores de propriedades/posse de estoque 1 e 2”. Netto (2019) ainda explica sobre os indicadores de desempenho, onde: 0 (Estoque de propriedade da empresa e em seu poder); 1 (Estoque de propriedade da empresa e em poder de terceiros); 2 (Estoque de propriedade de terceiros e em poder da empresa).

Conforme o Manual do SPED Fiscal ICMS/IPI (2018, p. 15),

o bloco H, com informações do inventário, deverá ser informado até a movimentação do segundo período de apuração subsequente ao levantamento do balanço. Em regra, as empresas encerram seu balanço no dia 31 de dezembro, devendo apresentar o inventário na escrituração de fevereiro, entregue em março. Contribuinte que apresente inventário com periodicidade anual ou trimestral, caso apresente o inventário de 31/12 na EFD ICMS IPI de dezembro ou janeiro, deve repetir a informação na escrituração de fevereiro. Havendo legislação específica, o inventário poderá ter periodicidade diferente da anual e ser exigido em outro período.

O inventário físico inicia-se quando é feito a contagem do estoque para que seja apurada a quantidade real de mercadorias para que seja ajustado o valor do estoque no controle de estoque e na contabilidade. Ainda para Netto (2019),

o inventário físico é de fundamental importância para a empresa, pois através dele ela terá uma posição real do estoque, confrontando estoque físico e contábil, e identificando possíveis erros de lançamento, conferência ou até mesmo roubo de produtos. Os motivos mais comuns para discrepância de estoque físico e contábil são: perdas, desaparecimento; perecimento, roubo, furto, deterioração ou

obsolescência; mercadoria fora do prazo de validade (mercadoria vencida); sinistro, incineração ou descarte; sobras de mercadorias ou bens; ajustes em decorrência do inventário.

Deve-se estar sempre atento, pois dentro do Bloco H há muitos detalhes, como prazos, quantidade, perdas e onde cada informação deve ser declarada nos registros do Bloco.

2.2.5 Bloco K

Originalmente criado pelo ajuste SINIEF 02/1972, o livro de registro de produção e do estoque – modelo 3, foi criado com a possibilidade de ser substituído por outros relatórios que mostrassem a real situação dos estoques e da produção das empresas.

Para Mello et al (2018, p. 8), “desde que foi criado, este livro tinha como único propósito informar ao fisco federal e estadual as movimentações de estoque, a árvore de produtos e controlar o custo médio das mercadorias e produtos”. Porém, atualmente, esse livro protagonizou um avanço na contabilidade, pois foi incluído Bloco K dentro do SPED ICMS/IPI. Segundo Rocha e Almeida (2014), em consequência de ter sido adicionado aos livros obrigatórios do Sistema Público de Escrituração Digital, SPED Fiscal, conforme ajuste SINIEF nº 18, de 11 de outubro de 2013, integrando mais um bloco de informações ao complexo trabalho de entrega de obrigações já existentes.

O Bloco K é uma das partes que compõem o SPED/EFD onde abrange a escrituração fiscal e as informações pertinentes ao fisco, que visa apresentar de forma clara e objetiva as atividades exercidas pelos contribuintes para os órgãos fiscalizadores. Resumidamente, o Bloco K é a escrituração digital do controle de estoque e de produção, onde substitui o livro de controle de estoque e de produção em papel, em que todas as empresas têm obrigatoriedade a partir de 2019, exceto as empresas do Simples Nacional. Castilhos et al. (2015) afirma que, “o Bloco K é a demonstração das atividades do contribuinte no controle de estoque e produção, na qual todas as organizações industriais e atacadistas demonstrarão seus relatórios através do SPED Fiscal”. Isto é, a Receita Federal terá acesso a movimentação completa de cada produto dentro da empresa e isso faz com que se reduza bruscamente a sonegação fiscal.

De acordo com a Instrução Normativa 1.652/2016, no artigo 1º, parágrafo único, “ficam dispensadas da escrituração a que se refere o caput, as microempresas e empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006”.

2.2.1.1 Adaptações do Bloco K

Para que se consiga incluir o Bloco K na Escrituração Fiscal, se fez necessário algumas alterações e adaptações para introdução nas empresas. Em seu trabalho de pesquisa, Mello et al (2018, p. 10) explica que, “o entendimento do que é o Bloco K não pode ser tratada simplesmente pela interpretação da regra legal, visto que vai muito além desse contexto técnico importante. Deve abranger a compreensão sistêmica da organização e os impactos que possam advir”.

Os prazos para entrega do Bloco K foram remodelados conforme as atividades e os faturamentos das empresas. De acordo com o site Portal Tributário (2019), os prazos de obrigatoriedade foram definidos de forma escalonada pelo “Ajuste Sinief 25/2016” e a partir de 1º de janeiro de 2019 tem-se:

I - Com base no ajuste Sinief 25/2016, as empresas industriais que se classificam com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300.000.000,00:

- a) 1º de janeiro de 2017, restrita à informação dos saldos de estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);
- b) 1º de janeiro de 2019, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 11, 12 e nos grupos 291, 292 e 293 da CNAE;
- c) 1º de janeiro de 2020, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 27 e 30 da CNAE;
- d) 1º de janeiro de 2021, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados na divisão 23 e nos grupos 294 e 295 da CNAE;
- e) 1º de janeiro de 2022, correspondente à escrituração completa do Bloco K, para os estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 31 e 32 da CNAE.

II - A partir de 1º de janeiro de 2018, limitada à declaração dos saldos em estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para as empresas industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE, com faturamento anual igual ou superior a R\$ 78.000.000,00, com escrituração completa conforme escalonamento a ser definido;

III – A partir de 1º de janeiro de 2019, limitada à declaração dos saldos em estoques escriturados nos Registros K200 e K280, para as demais empresas industriais onde classificam-se nas divisões 10 a 32; as empresas atacadistas que se classificam nos grupos 462 a 469 do CNAE e as empresas semelhantes a industrial, com escrituração completa conforme escalonamento a ser definido.

2.2.1.2 Estrutura do Bloco K

A estrutura do bloco K também é uma novidade, pois dentro dela, está uma composição de informações sobre os todos os produtos que compõem a empresa. Conforme o guia prático da Escrituração Fiscal Digita – EFD, o leiaute do Bloco K ficará estruturado da seguinte maneira:

Quadro 1: Leiaute do Bloco K

Bloco	Descrição	Registro
K	Abertura do Bloco K	K001
K	Período de Apuração do ICMS/IPI	K100
K	Estoque Escriturado	K200
K	Outras Movimentações Internas entre Mercadorias	K220
K	Itens Produzidos	K230
K	Insumos Consumidos	K235
K	Industrialização Efetuada por Terceiros - Itens Produzidos	K250
K	Industrialização em Terceiros - Insumos Consumidos	K255
K	Encerramento do Bloco K	K990

Fonte: Site Receita Federal (2019).

O leiaute do Bloco K é dividido desta maneira, onde cada registro se designa a um tipo de lançamento, que são os registros relativos ao Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque. É através deste leiaute que a receita vai analisar todas as informações expostas pelo contador e analisar se há divergência de informações.

De maneira mais detalhada, o Guia Prático da Escrituração Fiscal especifica cada registro do Bloco K, conforme o Quadro 2:

Quadro 2: Estrutura Bloco K

Bloco	Descrição	Registro
K	Abertura do Bloco K	K001
K	Período de Apuração do ICMS/IPI	K100
K	Estoque Escriturado	K200
K	Desmontagem de mercadorias - Item de Origem	K210
K	Desmontagem de mercadorias - Item de Destino	K215
K	Outras Movimentações Internas entre Mercadorias	K220
K	Itens Produzidos	K230
K	Insumos Consumidos	K235
K	Industrialização Efetuada por Terceiros - Itens Produzidos	K250
K	Industrialização em Terceiros - Insumos Consumidos	K255
K	Reprocessamento/Reparo de Produto/Insumo	K260
K	Reprocessamento/Reparo - Mercadorias Consumidas e/ou Retornadas	K265
K	Correção de Apontamento dos Registros K210, K220, K230, K250 e K260	K270
K	Correção de Apontamento e Retorno de Insumos dos Registros K215, K220, K235, K255 e K265	K275
K	Correção de Apontamento - Estoque Escriturado	K280
K	Produção Conjunta - Ordem de Produção	K290
K	Produção Conjunta - Itens Produzidos	K291
K	Produção Conjunta - Insumos Consumidos	K292
K	Produção Conjunta - Industrialização Efetuada por Terceiros	K300
K	Produção Conjunta - Industrialização Efetuada por Terceiros - Itens Produzidos	K301
K	Produção Conjunta - Industrialização Efetuada por Terceiros - Insumos Consumidos	K302
K	Encerramento do Bloco K	K990

Fonte: Site Receita Federal (2019).

Neste quadro onde apresente um maior número registros, está detalhado todos os registros que podem ser preenchidos com as informações das empresas. Há empresas que não haverá todas as informações por serem empresas com diferentes tipos de atividades.

Em cada registro, deve ser detalhado as informações que compõem os produtos das empresas. Delay (2015, p. 7) e Mello et al (2018, p. 11), descrevem o que deve ser descrito em cada registro do Bloco K, brevemente, conforme o Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital, no quadro a seguir:

Quadro 3: Registro do Bloco K

Registro	Descrição	Registro	Descrição
K001	para do Bloco K - Deve indicar se há registros de informações no	K100	Informar o período de Apuração do ICMS ou IPI. Informar o período de apuração do ICMS ou do IPI, prevalecendo os períodos mais curtos. Os contribuintes com mais de um período de apuração no mês declaram um registro K100 para cada período no mesmo arquivo, não podendo ser informado dois ou mais registros com os mesmos campos da data inicial e data final.
K200	Informar o estoque final escriturado. Para cada período de apuração informado no K100, deve ser escriturado o estoque final por tipo de estoque e por participante (mercadorias para revenda, matérias primas, embalagens, produtos em processo, produtos acabados, subprodutos e outros insumos).	K220	Informar outras Movimentações Internas entre Mercadorias, que não se enquadre nas já informadas nos Registros K230 e K235: produção acabada e consumo no processo produtivo, respectivamente.
K230	Itens Produzidos - Informar a produção de produto em processo e acabado. Deverá existir mesmo que a quantidade e produção acabada seja igual a zero nas situações em que exista o consumo de item componente/insumo no registro filho K235.	K235	Insumos Consumidos - Informar o consumo de mercadoria no processo produtivo, vinculado ao produto resultante informado no Registro K230- Itens Produzidos.
K250	Industrialização Efetuada por Terceiros - Itens Produzidos. Informar os produtos que foram industrializados por terceiros e sua quantidade.	K255	Industrialização em Terceiros - Insumos Consumidos. Informar a quantidade de consumo do insumo que foi remetido para ser industrializado em terceiro, vinculado ao produto resultante informado no Registro K250. A quantidade de consumo do insumo deve refletir a quantidade consumida para se ter a produção acabada informada no campo quantidade do Registro K250.
K990	Encerramento do Bloco K. Identificar o encerramento do Bloco K e informar a quantidade de linhas existentes no bloco.		

Fonte: Guia Prático EFD (2019)

O cadastro de produtos é a toda a movimentação da matéria prima que ocorre dentro das organizações até o produto final, a origem, toda a fase de produção até o produto final. Nesse cadastro é composto por todas as especificações técnicas: descrição, unidade de medida, local de armazenamento, origem, classificação tributaria, informações fiscais dentre outras.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo tratar-se-á da metodologia, que segundo Gerhardt e Souza (2009, p. 12) descrevem em seu livro, como “o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência.”. Apresentar-se-á a classificação da pesquisa e os procedimentos técnicos onde, Silveira e Córdova (2009, p. 31) definem como um dos objetivos da metodologia, “identificar os diferentes tipos de pesquisa quanto à sua abordagem, sua natureza, seus objetivos e seus procedimentos”. Ainda, Silveira e Córdova (2009, p. 31) definem como objetivo, “selecionar a modalidade de pesquisa adequada ao objeto da pesquisa”.

3.1 Classificação da pesquisa

O presente trabalho de pesquisa classifica-se como pesquisa qualitativa, descritiva e estudo de caso.

Quanto à forma de abordagem do problema, classificou-se como pesquisa qualitativa, uma vez que, Silveira e Córdova (2009, p. 32), definem esta pesquisa como aquela que “[...] preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações pessoais”. O presente trabalho de pesquisa, classificou-se como tal, por descrever os controles internos existentes no setor de estoque da empresa, levantar a estrutura do Bloco K, verificar se os controles internos estoque atende as exigências informacionais do Bloco K/SPED e investigar se o gestor está preparada para a implantação do Bloco K/ SPED.

A presente pesquisa quanto aos objetivos classificou-se como descritiva exploratória, Raupp e Beuren (2006, p. 80) a descrevem como aquela que “consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente”. Esta pesquisa contribuirá com futuros trabalhos sobre a temática abordada, pois a mesma tem sido pouco pesquisada, por se tratar de um assunto relativamente novo.

Kauark et al (2010, p. 28), explica que a pesquisa descritiva “visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Nesta pesquisa, envolveu-se o uso de técnicas padrão para coleta de dados, para que a pesquisa fosse norteada com base em experiências vivenciadas no dia-a-dia. Cabendo então, que fosse feito uma interpretação de fatos coletados sem a intervenção do pesquisador, portanto, descrevendo todas as informações coletadas. De acordo com Gil (2002,

p. 42), “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

Quanto aos procedimentos técnicos a presente pesquisa classificou-se como estudo de caso e pesquisa participante. Para Gil (2002, p. 44) o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. O estudo de caso foi escolhido por se tratar de um procedimento que investigou o tema dentro de um contexto real e atual, onde foi preservado todas informações, sem nenhuma alteração, assim como, pela flexibilidade da metodologia aplicada neste procedimento dentro deste trabalho. Foi estudado o caso da empresa Beta onde tem como atividade principal, comércio varejista de mercadorias em geral.

Já a pesquisa participante é definida por Gil (2002, p. 55) “a pesquisa participante, assim como a pesquisa-ação, caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. Silveira e Córdova (2009, p. 40) salientam que “este tipo de pesquisa se caracteriza pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas”. Portanto, a pesquisa participante foi usada, pois além do pesquisador do projeto entrar em contato com os pesquisados, procurou resolver problemas encontrados durante o decorrer da pesquisa.

3.2 Procedimentos de coleta, tratamento e análise dos dados

Nesta etapa do trabalho pesquisa, será descrito como foi elaborado os procedimentos utilizados para a coleta dados ao decorrer da pesquisa, quais ferramentas foram utilizadas para a coleta de dados, local e pessoas que participaram deste procedimento. Diante disso, os instrumentos de coleta que foram aplicados na empresa são os seguintes: documental, bibliográfico e um questionário.

Para o procedimento de coleta de dados bibliográfico, foi feito uma pesquisa com embasamento em livros e artigos. Gil (2008), explica que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”. Segundo o Instituto Federal de Educação do Rio Grande do Norte, a pesquisa bibliográfica, “consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa”.

Para o procedimento documental, que também foi utilizado como coleta de dados, foi feita uma análise nos documentos da empresa. Vigorena e Battisti (2011, p. 99), descreve este procedimento da seguinte forma,

Esse tipo de técnica oferece duas vantagens principais: o custo baixo e uma rica fonte de dados, que podem ser úteis nos mais diversos tipos de estudos. Entre as dificuldades citadas, uma recorrente é a de acesso aos documentos, que pode ocorrer por a empresa não querer divulgar certas informações ou por fornecer apenas uma parte da realidade.

Silva et al (2009, p. 4557) descreve o procedimento documental como uma pesquisa que “permite a investigação de determinada problemática não em sua interação imediata, mas de forma indireta, por meio do estudo dos documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social”.

Desta forma, os procedimentos foram coletados da seguinte forma, de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 4 – Procedimentos para a pesquisa

Objetivos Específicos	Procedimentos de Coleta	Dados Coletados
1. Descrever os controles internos existentes no setor de estoque da empresa	Documental e Questionário	Ficha de controle de estoque
2. Interpretar a estrutura do Bloco K contida no manual da EFD ICMS/IPI	Bibliografia	Manual do SPED
3. Verificar se os controles internos do setor de estoque atende as exigências informacionais do Bloco K/SPED.	Bibliografia e Documental	Análise comparativa
4. Investigar se o empresário compreende os reflexos da implantação do Bloco H e K/ SPED	Questionário	Análise do resultado do questionário

Fonte: A autora (2019).

Para Amaro et al (2005, p. 3), “um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquisição de um grupo representativo da população em estudo”. Pode-se dizer que não existem normas específicas para elaborar um questionário, porém, teve como base experiências de alguns autores que definiram algumas

regras básicas. Entre elas estão, de acordo com Gil (2002, p. 116), “não devem ser incluídas perguntas cujas respostas possam ser obtidas de forma mais precisa por outros procedimentos”.

O questionário classificou-se como questionário fechado onde foram usadas respostas dicotômicas, ou seja, cada pergunta possui apenas duas alternativas como resposta. De acordo com Amaro (2005, p. 4), “as questões de resposta fechada são aquelas nas quais o inquirido apenas seleciona a opção (de entre as apresentadas), que mais se adequa à sua opinião”.

Ribeiro (2008, p. 13), descreve os pontos fortes e os pontos fracos ao escolher o questionário qualitativo, conforme o Quadro 5:

Quadro 5 – Pontos fortes e fracos de um questionário

Técnica de coleta	Pontos fortes	Pontos fracos
	Garante anonimato	Baixa taxa de respostas para questionários enviados pelo correio
	Questões objetivas de fácil pontuação	Inviabilidade de comprovar as respostas ou esclarecê-las
Questionário	Questões padronizadas garantem uniformidade	Difícil pontuar questões abertas
	Deixa em aberto o tempo para as pessoas pensarem sobre as respostas	Dá margem a respostas influenciadas pelo "desejo de nivelamento social"
	Facilidade de conversão dos dados para arquivos de computador	Restrito a pessoas aptas à leitura
	Custo razoável	Pode ter itens polarizados ambíguos

Fonte: RIBEIRO, Eliza (2008).

O questionário qualitativo foi dividido em 3 etapas, onde cada etapa teve um objetivo diferente para que fosse entendido a evolução deste trabalho, conforme o Quadro 6.

Quadro 6 – Procedimentos para a pesquisa

Etapas do questionário	Para que?
1. Utilização de controle de estoque	Controlar o estoque para evitar erros e possíveis fraudes
2. Conhecimento Contábil	Entender a importância da contabilidade para empresas e com administrar o estoque
3. Adaptações de informatização	Adaptar a informação digital para a implantação do SPED

Fonte: A autora (2019)

De acordo com o Quadro 6, as etapas foram distribuídas destas três formas para que conseguisse avaliar e mensurar como que está sendo controlado o estoque dentro da empresa, qual o nível de entendimento contábil em que o entrevistado se encontra e de que forma está adaptado com a nova implantação do Bloco K no SPED, que pode vir a se tornar obrigatório a empresas que não tem ainda obrigatoriedade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresentar-se-á os resultados encontrados com a pesquisa, no primeiro momento traz-se o conhecimento da empresa estudada, em seguida, os controles internos existentes no setor de estoque da empresa, a estrutura do Bloco K e H contida no manual da EFD ICMS/IPI, verificação dos controles internos do setor de estoque que atendem as exigências informacionais do Bloco K e H/SPED, e por fim, investigar se o empresário compreende os reflexos da implantação do Bloco H e K/SPED.

4.1 Conhecendo a empresa

A empresa Beta Ltda, está constituída na forma de sociedade limitada, o sócio majoritário possui 90% e o outro sócio possui 10% do capital social. A mesma iniciou suas atividades em 01/06/2000 com o seguinte objetivo social: comércio varejista de mercadorias em geral. Está devidamente cadastrada na junta comercial, receita federal, estadual e no município com os alvarás necessários para a realização de suas atividades.

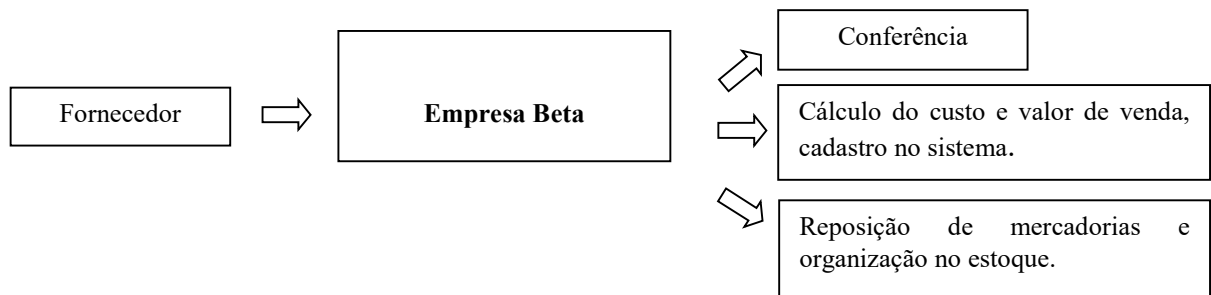
A mesma é tributada pelo Simples Nacional, onde está enquadrada no anexo I, para empresas de Comércio isentas de ICMS assim como, enquadra-se no CNAE 4712100 o qual representa, comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.

Por fim, a empresa possui apenas um funcionário, por ser uma empresa pequena e familiar, e também onde o sócio majoritário está presente trabalhando todos os dias.

4.2 Controles internos existentes no setor de estoque da empresa

Observando os controles internos dentro da empresa o qual foi aplicada a pesquisa, identificou-se que os mesmos são somente controles manuais. Na Figura 2 pode-se verificar como acontecem os procedimentos de entrada de mercadorias na empresa.

Figura 2: Entrada de mercadorias.



Fonte: Elaborado com dados fornecidos pela empresa.

De acordo com a Figura 2, pode-se verificar que as mercadorias são entregues pelos fornecedores à empresa estudada, conferidas pela pessoa responsável onde é verificada a quantidade dos produtos, marca e se realmente foi pedido os produtos. Também serão calculados os valores para a venda e as porcentagens de lucros para cada produto e posteriormente, é cadastrado ao sistema (caso ainda não tenha sido cadastrado) ou conferido os dados e valores no sistema, para que se consiga emitir notas fiscais de saída com os produtos novos também, e futuramente, controlar o estoque por meio do sistema gerencial. Por fim, é conferido se há produtos em estoque ou em reposição, caso tenha em estoque, as mercadorias novas irão para o estoque e as que estão em estoque vão para reposição, e caso a mercadoria que tenha chegado não tenha em reposição ou é produto novo, é colocado diretamente para venda.

Há poucos tipos de controles internos existentes dentro da empresa, por se tratar de uma empresa optante da tributação do Simples Nacional, sendo uma empresa pequena e de estoque pequeno, geralmente é avaliado o que ainda há em estoque e a data de validade, assim como, o giro de vendas, para que seja feito um novo pedido ao fornecedor.

Portanto, conclui-se que a empresa deve implantar de forma rápida e eficaz, um controle para seu estoque de maneira correta, por meio de uma planilha ou com o sistema, para que se tenha um controle exato no momento em que for analisar o estoque para iniciar uma compra, para o fechamento do mês e para passar as informações corretas ao contador. Sabe-se que, se tornar obrigatório o SPED para as empresas do Simples Nacional, o estoque está entre as principais informações que devem estar exatas.

4.3 Sugestões

Neste capítulo apresentar-se-á sugestões para a empresa estudada, onde serão evidenciadas ideias para a contribuição de melhorias para a empresa.

4.3.1 Controle de estoque

Para que a empresa comece sua organização, deve controlar o estoque desde o momento em que as mercadorias chegam. Esta deve ter um controle manual ou no sistema de cada mercadoria, para controlar quantidades e prazos de validade. E também, para que quando a empresa receber mercadorias, aquelas que já estão no estoque sejam colocadas para venda e deixadas no estoque as que recém chegarem, porém, caso o prazo de validade da mercadoria que entrou por último for menor do produto que já está em estoque, será colocado à venda por primeiro, para que não haja perdas.

Dentro deste controle, deve haver também os valores de venda, para que toda vez que entrar mercadoria nova e tenha aumentado o valor, seja feito uma média dos valores para que não haja prejuízo no valor da venda.

Toda e qualquer mercadoria deve haver controle dentro do estoque da empresa, para que não haja perdas, desvio de mercadorias ou baixa no lucro devido à falta de controle no valor do custo e das vendas. E ainda, caso se torne obrigatório o SPED para empresas do Simples Nacional, a empresa deverá mensalmente declarar o estoque dentro do programa, o que faz com que a Empresa tenha controle total de seu estoque.

Em um estudo anterior, Moratto (2012), Acadêmico de Administração da FACECAP/CNEC Capivari, em uma Pequena e Microempresa que também é familiar, foi analisado todos os aspectos importantes para ser aplicado no controle do estoque interno na Empresa, assim como, está sendo feito nesta pesquisa. Moratto (2012) constatou que não há controle de estoque, não há sistema informacional dentro da Empresa, mas que havia um espaço adequado onde armazenava todo o estoque e que estava sendo contratado um sistema gerencial para controle do estoque, e para que o sistema gerencial seja trabalhado de forma correta, os proprietários da empresa iriam disponibilizar cursos e treinamentos para os funcionários. O proprietário ainda informou ao Acadêmico que quer ter um controle de estoque, pois ajuda no momento da compra e da venda, para não perder clientes e ter sucesso em suas vendas, assim como, encontra uma grande dificuldade para contratar um funcionário com experiência e com capacidade para controlar o estoque.

Por fim, Moratto (2012), ainda destaca que sobre o controle de estoques “em micro e pequenas empresas, principalmente as familiares, hoje é praticamente impossível sobreviver sem eles, então cabe aos gestores dessas empresas se adequarem as novas tecnologias e se esforçarem para garantir uma administração eficiente e eficaz”.

Portanto, para que a empresa tenha o estoque da Empresa sempre atualizado é indispensável um controle de estoque, tanto para sua organização na hora de reposição de mercadorias ou para compras, quanto para analisar se houve perdas ou não e evitar que isto ocorra, pois se a Empresa não tem o controle de estoque, as mercadorias entrarão direto para o estoque sem saber o prazo de validade e quantidades, podendo ocasionar futuras perdas de mercadorias ou também, pedidos em excesso ou faltas de produtos.

4.3.2 Programa de gestão de estoque

É muito importante que a empresa tenha em seu cotidiano um programa de gestão de estoque para que no mínimo, tenha em atualização constante os produtos que a empresa tem dentro de seu estabelecimento. Para que, toda vez que venda um produto, tenha uma baixa automaticamente dentro do sistema.

Isso facilita e muito a vida da empresa e do empresário, pois todo final de mês pode controlar o que foi vendido e as quantias, também pode controlar diariamente o que tem em estoque para fazer um novo pedido aos fornecedores, e também para enviar o relatório de estoque mensalmente ao contador.

Em um estudo acadêmico, os acadêmicos do Curso do Centro Universitário Católico Auxilium, fizeram uma pesquisa sobre a gestão de estoque e os fatores de obtenção de lucro através de sua eficiência. Santos et al (2009, p.13) constataram que,

as empresas buscam formas de maior obtenção de lucro com menor custo possível, um setor de grande influência nos níveis de custo da empresa é o chamado estoque que quando bem administrado é um fator primordial para diminuição de custos. A gestão de estoque é um indicador de custos que preocupa administradores que apresentam uma visão global do processo, mas para que tudo ocorra da melhor forma dentro da empresa é necessária a utilização de algumas ferramentas de gestão de estoque, para que assim se tenha o objetivo esperado e o sucesso da empresa.

A gestão de estoque é um dos fatores mais importantes dentro da empresa e com ele sendo bem administrado, faz com que a empresa se mantenha organizada e controlada, assim

como, aumenta sua lucratividade, pois vai diminuir a quantidade de produtos em estoque perdido ou pedir produtos em que já havia dentro de estoque, entre outros fatores.

Durante o decorrer da pesquisa, constatou-se que a Empresa estudada obtém um sistema de gestão, porém, não utiliza. O Sistema é apenas usado para adicionar produtos novos com os valores de custos e venda e assim, emitir notas fiscais.

O Acadêmico sugeriu a Empresa estudada então que, fosse feito cursos e treinamentos para começarem a utilizar o programa de gestão de forma correta, para auxiliar a Empresa a controlar o estoque com o sistema que a Empresa já possui, sendo assim, sem muito gasto e facilitando a forma em que controlam o estoque.

4.4 Estrutura do Bloco K e H contida no manual da EFD ICMS/IPI

Neste capítulo serão apresentadas as estruturas do Bloco K e H conforme contida no manual da EFD ICMS/IPI.

4.4.1 Estrutura do Bloco K

O estoque tem como propósito informar os bens e direitos que sejam de propriedade da entidade, estando em seu poder ou poder de terceiros. De acordo com o manual da EFD ICMS/IPI (2019), o Bloco K destina-se a

prestar informações mensais da produção e respectivo consumo de insumos, bem como do estoque escriturado, relativos aos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e pelos atacadistas, podendo, a critério do Fisco, ser exigido de estabelecimento de contribuintes de outros setores (conforme § 4º do art. 63 do Convênio s/número, de 1970).

Dentro de cada registro do Bloco K, há uma necessidade de informação para que no final, os valores e informações sejam enviados a Receita Federal por meio do programa do SPED.

O registro K001 (abertura do bloco K), é o primeiro registro dentro do bloco onde deve ser gerado, para indicar se há registros de informações dentro do bloco.

O registro K100 (período de apuração do ICMS/IPI), onde tem como objetivos informar os períodos de apuração do ICMS ou IPI, que irá prevalecer os períodos mais curtos.

O registro K200 (estoque escriturado), tem como objetivo informar o estoque final dentro do período de apuração que será informado no registro K100.

O registro K210 (desmontagem de mercadorias – item de origem), tem como objetivo escriturar a desmontagem de mercadorias dos tipos: 00 (revenda), 01 (matéria-prima), 02 (embalagem), 03 (produtos em processo), 04 (produto acabado), 05 (subproduto) e 10 (outros insumos), onde cada item, se refere à saída do estoque do item de origem.

O registro K220 (outras movimentações internas entre mercadorias), onde tem como objetivo a informação interna entre mercadorias existentes dos mesmos tipos do item anterior, que não se enquadrem nas movimentações internas já informadas nos demais registros.

O registro K230 (itens produzidos), tem como objetivo informar a produção acabada dos produtos que estavam processo (tipo 03 – quando não estiver pronto para comercializar) e produto acabado (tipo 04 – produto acabado), com exceção da produção conjunta, inclusive, do produto o qual foi industrializado para terceiro por encomenda.

O registro K235 (insumos consumidos), deve informar o consumo de mercadorias no processo produtivo, vinculado ao produto resultante informado no campo “COD_ITEM” do registro K230. Para a industrialização a terceiros por encomenda, devem ser considerados os insumos recebidos de encomendante e os insumos próprios do industrializador. Este registro é obrigatório quando existir o registro pai K230.

O registro K250 (industrialização efetuada por terceiros – itens produzidos), deve ser informado os produtos que foram industrializados por encomenda e sua quantidade, exceto em produção conjunta.

O registro K255 (industrialização em terceiros – insumos consumidos), tem como objetivo informar a quantidade de consumo do insumo que foi remetido para ser industrializado em terceiro, juntamente ao produto resultante informado no campo “COD_ITEM” do registro K250.

O registro K260 (reprocessamento/reparo de produto/insumo), objetiva-se por informar o produto que será reprocessado ou que foi processado, assim como, o insumo que será reparado ou que foi reparado no período de apuração do registro K100, onde estes permanecem com o mesmo código do produto/insumo a ser reprocessado/reparado no próprio estabelecimento do informante. A informação a ser escriturada neste registro será aquele onde a quantidade produzida do produto a ser reprocessado já tiver sido apontada na entrada em estoque e deve permanecer o mesmo código.

O registro K265 (reprocessamento/reparo – mercadoria consumidas e/ou retornadas), onde o objetivo é informar o consumo de mercadorias e/ou retorno de mercadorias ao estoque, ocorridos no reprocessamento/reparo de produto/insumo informado no registro K260.

O registro K270 (correção de apontamento dos registros K210, K220, K230, K250, K260, K291, K292, K301 e K302), tem como objetivo de escriturar a correção de apontamento de período de apuração anterior, relativo ao registro-pai, por tipo de registro e por período de apuração em que o apontamento será corrigido.

O registro K275 (correção de apontamento dos registros K215, K220, K235, K255 e K265), que deve escriturar a correção de apontamento da apuração anterior em relação ao registro-filho, por tipo de registro e por período de apuração em que o apontamento será corrigido.

O registro K280 (correção de apontamento – estoque escriturado), onde deve ser escriturado a correção de apontamento de estoque escriturado do período da apuração anterior, escriturado no registro K200.

O registro K290 (produção conjunta – ordem de produção), tem como objetivo informar a ordem de produção em relação à produção conjunta (produção de mais de um produto resultante a partir do consumo de um ou mais insumos em fluxo produtivo comum e que não seja possível apontar o consumo de insumos diretos aos produtos resultantes).

O registro K291 (produção conjunta – itens produzidos), deve informar a produção acabada de produtos em processos (tipo 03) e produto acabado (tipo 04), originados de produção conjunta, inclusive daquele industrializado para terceiro por encomenda.

O registro K292 (produção conjunta – insumos consumidos), tem como objetivo informar o consumo de insumo/componente no processo produtivo, relativo à produção conjunta.

O registro K300 (produção conjunta – industrialização efetuada por terceiros), tem como objetivo informar a data de reconhecimento da produção ocorrida em terceiro, relativa à produção conjunta.

O registro K301 (produção conjunta – industrialização efetuada por terceiros – itens produzidos), tem como objetivo informar os produtos que foram industrializados por terceiros por encomenda e sua quantidade, originados de produção conjunta.

O registro K302 (produção conjunta – industrialização efetuada por terceiros – insumos consumidos), tem como objetivo informar a quantidade de insumos consumidos que foi remetido para ser industrializado em terceiro, relativo à produção conjunta.

E por fim, o registro K990 (encerramento do Bloco K), onde deve ser identificado o encerramento do bloco K e informar a quantidade de linhas (registros) existentes no bloco.

Dentre os registros apresentados de acordo com o Guia Prático ECF (2019), os registros que se tornariam necessários serem preenchidos com as informações da empresa,

caso as Empresas da tributação do Simples Nacional tornassem obrigatório o SPED, cujo a atividade da empresa estudada é comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns, seriam necessários o preenchimento dos registros: K100, K200, K210, K220, K265, K270, K275, K280 e K990.

Então, conclui-se que a partir disto, a Empresa estudada vai precisar ter sempre o controle interno do seu estoque atualizado, com todas as informações de mercadorias que entraram e saíram de estoque, assim como, ter o controle do estoque por mês, pois todas estas informações são necessárias para o preenchimento destes registros e sem ele, não é enviado o SPED.

4.4.2 Estrutura do Bloco H

O Bloco H tem como objetivo, informar à Receita Federal o inventário físico da Empresa, onde será discriminado assim como, os valores totais dos produtos armazenados em estoque. O Guia Prático EFD-ICMS/IPI (2009, p.190), descreve que “este bloco se destina a informar o inventário físico do estabelecimento, nos casos e prazos previstos na legislação pertinente”.

O Bloco H possui um total de 5 registros, onde cada um será descrito no parágrafo seguinte conforme o Guia Prático EFD-ICMS/IPI (2009). Os registros são: abertura do Bloco H, totais do inventário, inventário, informação complementar do inventário e encerramento do Bloco H.

Registro H001 - Abertura do Bloco H: Este registro deve ser gerado para abertura do bloco H, indicando se há registros de informações no bloco.

Registro H005 - Totais do Inventário: Este registro deve ser apresentado para discriminar os valores totais dos itens/produtos do inventário realizado em 31 de dezembro de cada exercício, ou nas demais datas estabelecidas pela legislação fiscal ou comercial.

Registro H010 – Inventário: Este registro deve ser informado para discriminar os itens existentes no estoque.

Registro H020 - Informação complementar do Inventário: Este registro deve ser preenchido para complementar as informações do inventário, quando o campo MOT_INV do registro H005 for de “02” a “05”.

Registro H990 - Encerramento do Bloco H: Este registro destina-se a identificar o encerramento do bloco H e a informar a quantidade de linhas (registros) existentes no bloco.

Então quando for preenchido as informações da Empresa dentro do Bloco H, deve ser preenchido todos os registros para que se consiga finalizar o SPED, assim como, deve-se estar atentos as informações do período anterior para não haver divergências entre um período e outro.

4.5 Verificar se os controles internos do setor de estoque atende as exigências informacionais do Bloco K e H/SPED

Verificou-se no decorrer da pesquisa que os controles internos no estoque da empresa, não atendem as exigências informacionais exigidas pelo bloco K e H/SPED, pois não há um controle de estoque verídico e atualizado dentro da empresa.

Visto que, a empresa Beta ser optante pela tributação do Simples Nacional e não ser obrigatório, ainda, o SPED, a empresa deve se reestruturar para, caso se torne obrigatório, esteja com os controles internos exigidos em conformidade com o que há dentro da empresa.

Cada empresa tem uma maneira de controlar o estoque, não existe uma regra exata para isso, porém, a empresa deve organizar-se, planejar e aplicar uma forma de controlar o estoque interno da empresa assim como, atender as exigências informacionais do Bloco K e H/SPED que são as informações necessárias para preenchimento dentro do SPED retiradas da empresa.

4.6 Investigar se o empresário compreende os reflexos da implantação do Bloco H e K/SPED.

O Sistema Público de Escrituração Digital, também conhecido como, SPED, por se tratar de um assunto novo, é novidade para os empresários. Para a Empresária da empresa que foi estudada e aplicada a pesquisa, também é uma novidade, assim como, será um grande obstáculo também.

A empresa apresentou grandes dificuldades alguns anos atrás na parte contábil, onde o contador não fazia com zelo e nem caráter seu trabalho. Atualmente a empresa está se reorganizando e atualizando-se dentro da área contábil e apresenta interesse para que tenha um melhor controle interno controlado, assim como, se entender as necessidades do SPED e seus grupos, principalmente do Bloco H e K, que são de grande valia para a empresa por ser do ramo do comércio de mercadorias.

Em um artigo publicado na Revista Catarinense da Ciência Contábil por Mello et al (2018), os autores pesquisaram por meio de questionários aplicados ao responsável pelo setor fiscal de cada empresa, o que compõe a amostra de pesquisa. Foram enviados questionários por e-mail para seis organizações. Dessas cinco retornaram com o instrumento respondido integralmente. Foi constatado que as empresas perceberam dificuldades na implantação do Bloco K no SPED. Dessas dificuldades destacam-se, por exemplo, problemas com o sistema interno, falhas de configuração, cadastros incompletos e falta de conhecimento para trabalhar com o SPED. O suporte para superação dessas dificuldades foi encontrado em cursos de capacitação.

Através dos questionários aplicados, conclui-se que mesmo considerando as dificuldades para a implantação do Bloco K, que o sistema traz benefícios que impactam positivamente na gestão das empresas, pois fortalece o sistema de controles internos, e proporciona maior confiabilidade nas informações geradas. Esse resultado reforça a importância da empresa estar se aperfeiçoando ao máximo, investindo em conhecimento e tecnologia, para estar preparada para a evolução.

4.7 Sugestões

Neste capítulo apresentar-se-á sugestões para a empresa estudada, onde será apresentado ideias para a contribuição de melhorias para a empresa em conformidade com o SPED.

4.7.1 Entendimento do Empresário sobre o SPED

Caso se torne obrigatório o SPED para empresas optantes do Simples Nacional, o Empresário deve estar informado de como é o funcionamento das obrigatoriedades que é composto do SPED, o Bloco K e H e todas as outras informações que compõem este programa.

Desde o momento em que se tornar obrigatório o SPED para as empresas do Simples Nacional, o Empresário desde já, deve fazer cursos ou oficinas em que ensinem na prática tudo o que é necessário dentro de uma empresa para cumprir com os prazos e as obrigatoriedades dentro da empresa, assim como, como organizar todas estas informações para o envio ao contador responsável pela contabilidade da empresa.

O Empresário deve estar sempre atualizado junto com o Contador, para que isso facilite as informações entre eles e o programa, para que tenha praticidade e rapidez. Este tema se torna sugestivo dentro do trabalho para que o Empresário entenda que deve estudar e entender as informações necessárias dentro do SPED para um Empresário.

Portanto, a Empresaria está ciente de todo o processo de adaptação do bloco K e H para que Empresa fique adaptada, mesmo que do Simples Nacional, para que tenha controle de todo o estoque e das mercadorias que entram e saem da empresa. É de responsabilidade da Empresa estar com todas as informações corretas para que seja enviado ao contador e a Receita Federal. Pode-se dizer que será uma tarefa burocrática e um desafio para todas as empresas que queiram adaptar-se como a Empresa estuda, porém, após a conclusão de todo o processo de adaptação e as informações em ordem, ficará muito mais viável enviar e analisar as informações.

5 CONCLUSÕES

Levando em consideração o objetivo geral que era levantar o impacto da implantação do Bloco K/SPED no controle interno de estoque de uma microempresa do setor de comércio varejista de mercadorias, caso este se tornasse obrigatório para empresas do Simples Nacional e analisando a metodologia de pesquisa, o qual foi caracterizada como qualitativa, descritiva e estudo de caso, o presente trabalho foi realizado em uma Microempresa familiar, onde foi realizada a observação e aplicado um questionário para obter informações necessária para concluir os resultados para a presente pesquisa.

Ao descrever os controles internos existentes no setor de estoque da empresa estudada, o acadêmico observou que não havia nenhum tipo de controle interno e poderia começar um controle interno de uma forma simples, com uma planilha com todos os produtos disponíveis em estoque e quantidades e posteriormente, passar ao sistema informacional onde seria atualizado automaticamente conforme com o que estaria entrando e saindo de mercadorias.

Para interpretar a estrutura do Bloco K contida no manual da EFD ICMS/IPI, foi estudada o manual e concluindo quais registros a Empresa precisaria ter as informações mensalmente para que fossem descritos dentro do SPED, pois cada empresa tem uma atividade diferente, o que faz com que cada empresa tenha os registros específicos para preencher as informações obrigatórias.

Ao verificar se os controles internos do setor de estoque atendem as exigências informacionais do Bloco K/SPED, concluiu-se que não havia, pois, a Empresa estudada não havia até o momento, um controle de estoque efetivo, porém, com a aplicação do trabalho na empresa, iniciou-se um controle de estoque interno por meio de planilhas para posteriormente aplicar no sistema gerencial.

Para investigar se o empresário compreende os reflexos da implantação do Bloco H e K/SPED, obteve-se um resultado negativo, pois a Empresária não tinha conhecimento do SPED em geral, e conclui-se que a mesma deveria iniciar treinamentos e cursos para ter conhecimento do que é o SPED e as informações necessárias que deve ser aplicado dentro do Bloco K e H, para que consiga auxiliar o contador, assim como, organizar e manter a empresa organizada.

Seria um grande avanço para todas as empresas do Simples Nacional, adaptar-se antecipadamente para caso tornassem obrigatório, a elas, o SPED assim como o Bloco K e H. Dentro das empresas do Simples Nacional, são poucas as que mantem um sistema gerencial atualizado como é o caso da Empresa estudada em que não havia controle do que se tem em

estoque. Um grande desafio e um grande impacto ao implantar todas as informações necessárias dentro de pequenas empresas que ainda não são obrigadas ao SPED, porém, além de manter-se organizada, a empresa geraria mais lucro, pois não perderia produtos em estoque, assim como, ganharia tempo no momento em que estaria fazendo pedido aos fornecedores, pois seria somente consultar no sistema o que a empresa tem em estoque e o que está em falta. Pode-se dizer também, que as informações estariam sempre corretas para quando cruzar com o que a Receita Federal tem de informação da empresa, bateriam e não geraria incomodo para a Empresa.

Dentro das limitações do presente trabalho de estudo, nota-se que a Empresa vai sofrer algumas dificuldades, devido ser uma microempresa com apenas um funcionário e ter uma alta rotatividade de clientes e fornecedores diariamente, o que se torna pouco tempo para terminar rapidamente. Porém, a Empresa está ciente de que deve implantar imediatamente todos os processos necessários para evitar erros futuramente e facilitar ao contador as informações. Apesar de ser um estudo amplo e de difícil entendimento por parte do SPED, a Empresa está disposta a organizar-se mesmo que seja de forma simples com planilhas e passar a utilizar corretamente o sistema gerencial, que no momento está sendo pouco usado.

O presente trabalho é recomendado para todo aluno ou acadêmico que está em busca de um trabalho com referência em SPED e Bloco H e K, porém, para empresas que estão sendo tributadas pelo Simples Nacional, pois como ainda não é obrigatório, há poucos trabalhos com esta temática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno completo**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Atlas, 1985
- BOYNTON, Willian; JOHNSON, Raymond; KELL Walter. **Auditoria**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos Novos Tempos**. São Paulo: Campus, 2004.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. NBCT TA 315. Brasília 2012.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2013.
- _____. **Contabilidade gerencial, teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- COLEÇÃO SEMINÁRIOS CRC-SP/IBRACON. **Controles internos contábeis e alguns aspectos de auditoria**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE CONTADORES. International Federation of Accountants (IFAC). **Normas internacionais de auditoria**. Trad. Vera Maria Conti Nogueira e Danilo Nogueira. Ibracon: São Paulo, 1998.
- FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. São Paulo: Atlas, 1982
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GITMAN, Laurence . **Princípios de administração financeira**. Trad. Allan Vidigal Hastings. Rev. Jean Jacques Salin. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- IBRACON, Instituto Brasileiro de Contadores. **Curso Básico de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ISIDORO, Claudinei et al. A utilização de artefatos de contabilidade gerencial em cooperativas agropecuárias. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 39-55, maio/ago. 2012.
- JACQUES, Elizeu de Albuquerque; FILHO, Antonio Reske. O controle interno como suporte estratégico ao processo de gestão. *Revista Eletrônica de Contabilidade*, Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2017. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/68/3570>> Acesso em: 09 abri. 2019.
- LIMA, Amadeu Nascimento; IMONIANA, Joshua Onome. Um estudo sobre a importância do uso das ferramentas de controle gerencial nas micros, pequenas e médias empresas industriais no Município de São Caetano do Sul. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, Campo Limpo Paulista, v.2, n.3, p.28-48, 2008.

MATTOS, Marinei Abreu; FREITAG, Viviane da Costa; STARKE JUNIOR, Paulo Cesar. Os Estágios Evolutivos da Contabilidade Gerencial: estudo aplicado às empresas prestadoras de serviços contábeis de Curitiba e região metropolitana. In: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS. 2018. Vitória. **Anais eletrônicos...** Vitória: 2018. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/820>> Acesso em: 02 abr. 2019.

MORATTO, Leonardo. Controle de Estoque em Pequenas e Médias Empresas Familiares: o caso autopeças Souza. Projeto de Pesquisa de Monografia de conclusão de curso apresentado ao curso de Administração da FACECAP/ CNEC Capivari. Capivari: 2012. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/269200954/Controle-de-Estoque-Em-Pequenas-e-Medias-Empresas-Familiares-o-Caso-Autopecas-Souza>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

OLIVEIRA, Luis Martins de; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SILVA, Glauco Peres da; SEGRETI, João Bosco; CHIROTTO, Amanda Russo. Evolução do ensino da contabilidade no brasil: uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**. USP. São Paulo. Edição 30 anos de Doutorado. P. 19-32. Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>> Acesso em: 31 mar 2019.

QUINTANA, Alexandre Costa; PERAZO, Ana Néles Chaves; FERNANDES, Vera Lucia Pinheiro. A grade curricular dos cursos de ciências contábeis e os resultados institucionais no ENADE: um estudo nas disciplinas da área da contabilidade financeira e de orçamento. **Revista Gestão Universitária na America Latina** – GUAL. v. 6, n. 3, p. 127-145, set. 2013.

REZENDE, Suely Marques de; FAVERO, Hamilton Luiz. A importância do Controle Interno dentro das organizações. **Revista de Administração Nobel**, n. 3, p. 33-44, jan./jun.2004. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/2532313-A-importancia-do-controle-interno-dentro-das-organizacoes.html>> Acesso em: 31 mar 2019.

RIBEIRO, Elisa Antonia. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais. v. 4 n. 4, maio de 2008. Araxá: 2008.

SÁ, A. L. **Curso de Auditoria**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SALES, Rodrigo Lacerda; BARROS, Aluizio Antonio; ARAÚJO, Claudia Maria Miranda de. Fatores condicionantes da mortalidade dos pequenos negócios em um típico município interiorano brasileiro. **Revista da Micro e Pequena Empresa**, v. 2, n. 2, p. 38-55, 2011.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVA, Karin Fabiane Martinazzo. **Análise de controle interno**: estudo de caso no contas a pagar e receber das empresas Visaluz e Escola Shekinah. 2013. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Gestão Contábil e Financeira) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/1007/1/PB_EGCF_VIII_2013_13.pdf> Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da; DAMACENO, Ana Daniella; MARTINS, Maria da Conceição Rodrigues; SOBRAL, Karine Martins; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: IX Congresso Nacional de Educação. 2009. Paraná. **Anais eletrônicos...** Paraná: 2009.

SOUZA, Regiane Aparecida Rosa de; RIOS, Ricardo Pereira. Contabilidade gerencial como ferramenta para gestão financeira nas microempresas: uma pesquisa no município de São Roque - SP. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios**. v. 2. n. 1. 2011. Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdfs/regiane_adm_2011.pdf> Acesso em: 31 mar 2019.

VIGORENA, Débora Andrea Liessem; Battisti, PATRÍCIA Stafusa Sala. Procedimentos de coleta de dados em trabalhos de conclusão do curso de Secretariado Executivo da Unioeste/PR. **Revista do Secretariado Executivo**. v. 1. p. 95-111, n. 7, 2011. Disponível em: <www.seer.upf.br/index.php/ser/article/download>. Acesso em: 02 nov 2019.

ANEXO A – Questionário para coleta de dados.

Questionário

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
Etapa 1 - Controle de estoque		
1. Em sua empresa, há produtos em estoque?	()	()
2. É utilizado algum meio para manter o estoque atualizado?	()	()
3. Na sua opinião, ter um controle de estoque é importante?	()	()
4. Você acha que ter uma boa gestão de estoque é benéfico para a empresa?	()	()
5. Há conhecimento do método de controle de estoque ABC?	()	()
6. Conhece o método PEPS, UEPS ou Custo Médio?	()	()
7. Há planejamento de compra na empresa?	()	()
8. Os produtos em estoque estão separados por algum método?	()	()
9. É utilizado algum método de tempo de reposição do estoque?	()	()
10. Há flexibilidade, pelo gestor, em implantar um controle interno de estoque?	()	()

Etapa 2 - Conhecimento Contábil	Sim	Não
1. O gestor tem conhecimento contábil ao que se refere a sua empresa?	()	()
2. Há um setor que controle a contabilidade da empresa?	()	()
3. Há um setor que controle e organize o estoque da empresa?	()	()
4. A empresa é contabilmente organizada?	()	()
5. Na sua opinião, a contabilidade é importante para a empresa?	()	()
6. O gestor tem acesso as atualizações contábeis?	()	()
7. O gestor tem controle sobre suas compras e vendas?	()	()
8. O contador da empresa, instrui o gestor com as responsabilidades contábeis?	()	()
9. A empresa se encontra na tributação do Simples Nacional?	()	()
10. A empresa se encontra em uma das tributações em que é obrigatório o SPED?	()	()
11. O gestor conhece o SPED Fiscal?	()	()
12. A empresa tem responsabilidade com os prazos de entrega impostas pelo contador?	()	()
13. As tomadas de decisões são baseadas conforme a contabilidade?	()	()
Etapa 3 - Informatização	Sim	Não
1. A empresa tem acesso a informação digital?	()	()
2. O gestor tem conhecimento em planilhas digitais?	()	()
3. O responsável pelo estoque, tem noções básicas de informática?	()	()
4. Se for obrigatório a implantação do Bloco K, a empresa teria como adaptar-se rapidamente?	()	()
5. A empresa estaria disposta a ter controle do estoque via sistema digital?	()	()
6. A empresa emite Notas Eletrônicas Digitais?	()	()
7. Possui algum sistema de contábil que auxiliaria na implantação do Bloco K?	()	()

Obrigada pela colaboração!